



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



**SEGUNDA CÂMARA**

**SESSÃO DE 23/04/2024**

**ITEM 081**

81 TC-006568.989.20-6

**Câmara Municipal:** Jaguariúna.

**Exercício:** 2021.

**Presidente:** Afonso Lopes da Silva.

**Advogado(s):** Tania Ribeiro do Vale Coluccini (OAB/SP nº 214.405), Livia Martins Baldo Nini (OAB/SP nº 327.103) e Sabrina Santos da Silva (OAB/SP nº 412.561).

**Procurador(es) de Contas:** Letícia Formoso Delsin Matuck Feres e Thiago Pinheiro Lima.

**Fiscalizada por:** UR-3.

**Fiscalização atual:** UR-3.

População do Município:	57.488 habitantes
Número de Vereadores	13
Gastos com folha de pagamento: CF, artigo 29-A, § 1º	56,54% da receita efetivamente realizada
Despesa total do Legislativo: CF, artigo 29-A, <i>caput</i> -	1,43%
Remuneração dos agentes políticos:	Regulares
Execução Orçamentária:	Devolução de R\$ 786.032,46 <sup>1</sup> - 13,37%
Gastos com pessoal x Receita Corrente Líquida:	0,87%
Encargos Sociais:	Guias apresentadas
Restrições de Último Ano de Mandato: (LRF, artigos 21, parágrafo único, e 42)	Atendidas

Cuidam os autos da prestação de contas da Câmara Municipal de **JAGUARIÚNA**, relativas ao exercício de 2021.

A inspeção ficou a cargo da **Unidade Regional de Campinas - UR/03** e, conforme Relatório inserido no evento nº 55, em relação aos demonstrativos foram apontadas as seguintes ocorrências:

### **A.3. CONTROLE INTERNO**

O controle interno não é exercido por servidor de carreira específica ou servidor efetivo ocupante de cargo que guarde relação com matérias administrativas, jurídicas ou contábeis; elaboração de relatórios periódicos formais, com dados contábeis e informações gerenciais, mas sem a necessária análise e tratamento das informações; não há nos relatórios menção às recomendações e apontamentos derivados desta Corte, seja das decisões ou dos relatórios de fiscalização.

#### **<sup>1</sup> Execução Orçamentária**

Previsão Final (A)	Repassados (Bruto) (B)	Resultado (B-A) %	Devolução %	Saldo para ex. seg. %
R\$ 5.880.000,00	R\$ 5.880.000,00	R\$ -	R\$ 786.032,46 13,37%	



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



### **B.1.2. RESULTADOS ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL**

Resultado econômico negativo na ordem de R\$ 47.873,58.

### **B.5.1.2. CARGOS EM COMISSÃO SEM CARACTERÍSTICAS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO<sup>2</sup>**

Os cargos de assessor de imprensa e Diretor Jurídico não possuem as características de direção, chefia e assessoramento, instituídas no artigo 37, inciso V, da CF.

### **B.5.1.3. ADOÇÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PELA CÂMARA MUNICIPAL**

Os servidores da Câmara permanecem vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, em inobservância ao disposto no artigo 39, caput, da CF c.c. com os artigos 468 e 469, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 209/12 e às recomendações desta Corte (exercícios de 2018/2020).

### **D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

Existência de divergências nas informações prestadas ao Sistema AUDESP, em inobservância aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

### **E.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL**

Descumprimento de recomendações desta Corte.

### **E.4. JULGAMENTO DAS CONTAS DO PODER EXECUTIVO**

Não houve a apreciação das Contas do Executivo dos exercícios de 2010, 2018 e 2019, em contrariedade ao artigo 31 da CF, ao artigo 49, § 2º, da Lei Orgânica do Município e ao artigo 282 do Regimento Interno da Câmara.

### **E.6. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Não houve a apresentação dos mecanismos adotados pela Edilidade para acompanhar e controlar a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas respectivas metas.

O Responsável pelas contas e Ordenador de Despesas do período foi regularmente notificado (evento nº 58), sendo apresentadas as suas justificativas, pugnando pela regularidade dos demonstrativos (eventos nºs 73 e 74).

Em síntese, no que se refere ao “Controle interno”, alegou que a servidora responsável possui conhecimentos técnicos para realizar as atribuições inerentes à função, tendo em vista sua graduação no curso superior de Tecnologia em Gestão Pública.

2

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	24	24	22	20	2	4
Em comissão	20	20	20	20		
Total	44	44	42	40	2	4
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do Ex. em exame	
Nº de contratados						



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



Asseverou, ainda, que o controle interno elabora relatórios com as recomendações necessárias para o bom andamento da Câmara, bem como indica as ações determinadas por esta Corte.

Em relação ao item “Resultados financeiro, econômico e saldo patrimonial”, informou que o resultado econômico negativo decorreu de uma reavaliação dos bens ocorrida no final de 2020, o que impactou positivamente as despesas com depreciação no exercício de 2021, conforme declaração apresentada pela Diretora Administrativa e Financeira (evento nº 73.3).

No tocante aos “Cargos em comissão sem características de direção, chefia e assessoramento”, afirmou que em 23/04/10 o Legislativo e o MPE/SP firmaram um TAC (evento nº 73.4) no qual ficou acordado que a contratação dos cargos de assessor parlamentar, assessor de imprensa e diretor jurídico se daria na forma comissionada.

Ressaltou, ainda, que as atribuições dos cargos do quadro de pessoal da Edilidade estão sendo objeto de revisão e adequação (eventos nºs 73.5 a 73.9).

A respeito da “Adoção do regime geral de previdência social pela Câmara Municipal”, esclareceu que está em trâmite uma ADI proposta pelo MPE/SP (nº 2023409-05.2022.08.26.0000 - evento nº 73.10) questionando a validade da migração dos servidores celetistas para estatutários e sua inserção no Regime Próprio de Previdência da Prefeitura.

Desse modo, afirmou que por segurança jurídica, optou por aguardar o deslinde da referida ação, para assim, se adequar, conforme for decidido pela Justiça.

No que se refere ao item “Fidedignidade dos dados informados ao Sistema AUDESP”, alegou que houve problemas no envio de documentos, mas que já foram solucionados.

Quanto ao “Julgamento das Contas do Poder Executivo”, asseverou que as contas de 2018/2020 foram apreciadas pelo Plenário da Câmara em 13/09/22, tendo sido aprovadas consoante Decretos Legislativos nºs 399, 400 e 401 (eventos nºs 73.11 a 73.13).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



Com relação às contas de 2010, informou que estão sendo adotadas providências para que sejam novamente apreciadas, sendo que com o intuito de cumprir todos os trâmites regimentais, expediu edital em 22/09/22 (eventos nº 73.14) para informar que as contas estariam à disposição de qualquer contribuinte pelo prazo de 60 dias.

Ressaltou, ainda, que a previsão de julgamento seria na sessão do mês de dezembro de 2022.

O d. Ministério Público de Contas propôs nova notificação à Origem, uma vez que a fiscalização deixou de constar na conclusão de seu relatório questão referente à superestimativa de receita da Câmara (evento nº 98).

O Responsável foi notificado para que apresentasse as justificativas de seu interesse quanto ao apontamento efetuado na manifestação do MPC (evento nº 102), tendo sido encaminhados os seus esclarecimentos, conforme evento nº 112.

Em síntese, informou que não foram efetuados gastos previstos no montante de R\$ 582.900,00, sendo eles: subsídio de suplentes (R\$ 145.000,00), aquisição de bens permanentes (R\$ 57.900,00), obrigações trabalhistas (R\$ 200.000,00), contratação de empresa de limpeza e locação de sala para servir de almoxarifado e arquivo morto da Edilidade (R\$ 180.000,00).

Ressaltou, ainda, que o resultado entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas gerou um déficit na ordem de R\$ 47.873,58.

ATJ concluiu pela regularidade das contas (evento nº 122).

MPC opinou pela irregularidade dos demonstrativos, tendo em vista a superestimativa de receita da Câmara e as falhas destacadas nos itens “Adoção do regime geral de previdência social pela Câmara Municipal” e “Atendimento à lei orgânica, instruções e recomendações do Tribunal” (evento nº 126).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



No evento nº 129 a Origem informa que as contas de 2010 da Prefeitura foram julgadas em 14/02/23, tendo sido aprovadas por maioria dos votos, conforme Decreto Legislativo nº 417/23 (evento nº 129.2).

MPC reiterou sua manifestação pela irregularidade das contas (evento nº 133).

Por fim, as últimas contas da Câmara Municipal de Jaguariúna foram assim apreciadas:

Exercício	Processo nº	Julgamento
2020	TC-3873.989.20	Regular com ressalva
2019	TC-5525.989.19	Regular com ressalva
2018	TC-5184.989.18	Regular com ressalva

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



**GCCCM**

**PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO DE 23/04/2024 – ITEM 081**

**Processo:** TC-6568.989.20-6  
**Assunto:** Contas Anuais da Câmara Municipal de JAGUARIÚNA  
**Exercício:** 2021  
**Responsável:** Afonso Lopes da Silva - Presidente da Câmara à época  
**Período:** 01.01 a 31.12.21  
**Advogadas:** Tania Ribeiro do Vale Coluccini (OAB/SP 214.405),  
Livia Martins Baldo Nini (OAB/SP 327.103) e Sabrina Santos da Silva (OAB/SP 412.561)

População do Município:	57.488 habitantes
Número de Vereadores	13
Gastos com folha de pagamento: CF, artigo 29-A, § 1º	56,54% da receita efetivamente realizada
Despesa total do Legislativo: CF, artigo 29-A, <i>caput</i>	1,43%
Remuneração dos agentes políticos:	Regulares
Execução Orçamentária:	Devolução de R\$ 786.032,46 - 13,37%
Gastos com pessoal x Receita Corrente Líquida:	0,87%
Encargos Sociais:	Guias apresentadas
Restrições de Último Ano de Mandato: (LRF, artigos 21, parágrafo único, e 42)	Atendidas

**EMENTA: CONTAS DE CÂMARA MUNICIPAL. ATENDIMENTO DOS LIMITES LEGAIS. REGULARES, COM RESSALVAS.**

A Origem cumpriu adequadamente os limites antes estabelecidos para as despesas gerais (1,43%), nos dispêndios com a folha de pagamento (56,54%), nos gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (0,87%); e, também, quanto aos pagamentos dos agentes políticos, conformados ao estabelecido na Constituição Federal/88.

De início, cumpre observar que, no tocante às restrições fiscais do último ano de mandato, óbices não foram apontados na instrução.

Quanto aos encargos sociais, a fiscalização indicou que as guias de recolhimento foram apresentadas no exercício.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



No tocante ao “Controle interno”, oriento à Câmara para que busque a eficiência do referido controle, de modo que os relatórios emitidos pelo setor atendam a plenitude dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

A respeito do item “Resultados financeiro, econômico e saldo patrimonial”, o Legislativo deve adequar a gestão, no que diz respeito aos resultados econômicos, visando à supressão dos resultados deficitários.

Em relação ao item “Cargos em comissão sem características de direção, chefia e assessoramento”, acompanho a manifestação do MPC e recomendo à Edilidade para que proceda ajustes na regulamentação dos cargos comissionados, em obediência ao disposto no art. 37, V, da CF.

No que tange à “Adoção do regime geral de previdência social pela Câmara Municipal” destaco que a matéria foi tratada recentemente por esta E. Segunda Câmara, em sessão de 05/09/23, no julgamento das contas do exercício de 2020 da Câmara Municipal de Jaguariúna (TC-3873.989.20), sob relatoria do E. Conselheiro Robson Marinho, quando foram apreciadas e julgadas regulares com ressalvas, *in verbis*:

*“À margem da decisão, determino que se expeça ofício ao Legislativo com as seguintes recomendações:*

*(...)*

*– regularize a situação dos servidores da Edilidade junto ao Fundo Especial de Previdência Social de Jaguariúna, em respeito ao regime jurídico único estabelecido no artigo 39, caput, da Constituição Federal;”*

Assim, por segurança jurídica adoto o mesmo posicionamento e reitero recomendação à Câmara para que regularize a situação dos servidores da Edilidade junto ao Fundo Especial de Previdência Social de Jaguariúna, em respeito ao regime jurídico único estabelecido no artigo 39, *caput*, da CF.

No que se refere ao item “Fidedignidade dos dados informados ao Sistema AUDESP”, o Legislativo deve promover ajustes para garantir a fidedignidade das informações enviadas a esta Corte por meio do Sistema AUDESP, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



Quanto à execução orçamentária dos recursos transferidos, a título de duodécimos, pelo Poder Executivo, advirto à Câmara para que aprimore a previsão de despesas em seu orçamento diante dos parâmetros delineados no artigo 30 da Lei nº 4.320/64 e prescrições do artigo 12 da LRF, do mesmo modo observe o Comunicado SDG nº 26/2023<sup>3</sup>.

Por fim, no tocante aos itens “Julgamento das Contas do Poder Executivo” e “Objetivos de desenvolvimento sustentável”, recomendo à Edilidade para que atenda ao prazo estabelecido no seu Regimento Interno para o julgamento das contas do Executivo, bem como aprimore o acompanhamento e controle da execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas respectivas metas.

Nessas condições, com base no artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, voto no sentido de serem julgadas **regulares, com ressalvas**, as contas da **Câmara Municipal de JAGUARIÚNA**, relativas ao exercício de 2021.

Nos termos do art. 35 da LC 709/93, dou quitação ao Responsável **Sr. Afonso Lopes da Silva - Presidente da Câmara à época.**

Oficie-se ao atual Presidente da Câmara, transmitindo recomendações para que busque a eficiência do controle interno, de modo que os relatórios emitidos pelo setor atendam a plenitude dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal; adeque a gestão, no que diz respeito aos resultados econômicos, visando à supressão dos resultados deficitários; proceda ajustes na regulamentação dos cargos comissionados, em obediência ao disposto no art. 37, V, da CF; regularize a situação dos servidores da Edilidade junto ao Fundo

---

<sup>3</sup> “O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA que, em decorrência das alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021, a partir da próxima legislatura - 2025 - as Câmaras Municipais deverão incluir, no câmpulo de suas despesas com pessoal, os gastos com inativos e pensionistas.

A mesma Emenda estabelece que as Câmaras Municipais terão a opção de devolver o excesso de duodécimos no mês de dezembro ou retê-los para compensação com os repasses das primeiras parcelas do exercício seguinte.

**Independente de esse novo regramento, este Tribunal recomenda que as Câmaras prossigam no procedimento de devolução com periodicidade mensal ou bimestral, na forma da jurisprudência desta Casa.”**  
(gn)





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



Especial de Previdência Social de Jaguariúna, em respeito ao regime jurídico único estabelecido no artigo 39, *caput*, da CF; promova ajustes para garantir a fidedignidade das informações enviadas a esta Corte por meio do Sistema AUDESP, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil; aprimore a previsão de despesas em seu orçamento diante dos parâmetros delineados no artigo 30 da Lei nº 4.320/64 e prescrições do artigo 12 da LRF, do mesmo modo observe o Comunicado SDG nº 26/2023; atenda ao prazo estabelecido no seu Regimento Interno para o julgamento das contas do Executivo; aprimore o acompanhamento e controle da execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas respectivas metas.

Estão excetuados os atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

Expeçam-se os ofícios de praxe.

Transitada em julgado a decisão, cumpridas todas as providências e determinações cabíveis e verificada a inexistência de novos documentos, **arquivem-se os autos.**

GCCCM/26